

---

# CADERNO DO(A) DELEGADO(A)

---

# XV CON DUC

XV CONGRESSO DOS PETROLEIROS DE DUQUE DE CAXIAS



**RECONQUISTAR DIREITOS  
DEFENDER A PETROBRÁS**



ACT 2023 | CONJUNTURA | PETROS | FEDERAÇÕES

**SINDIPETRO**  
Sindicato dos Petroleiros  
de Duque de Caxias



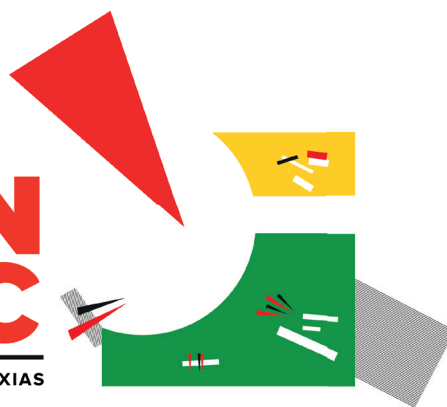
**RECONQUISTAR  
DIREITOS**



**DEFENDER A  
PETROBRÁS**

# XV CON DUC

XV CONGRESSO DOS PETROLEIROS DE DUQUE DE CAXIAS



## ÍNDICE

Regimento Interno	p. 4
Tese Resistência Petroleira	p. 6
Tese Petroleiros Socialistas	p. 9
Tese Unidade Classista	p. 15
Tese Comissão de Aposentados	p. 19
Tese Movimento Sindical Proletário	p. 22

**SINDIPETRO**  
Sindicato dos Petroleiros  
de Duque de Caxias

**CAXIAS**



## PROGRAMAÇÃO

**Venha definir  
os rumos do  
ACT 2023!**

**29 DE JUNHO | QUINTA**

**VIRTUAL (VIA ZOOM)**

**18h | Mesa de Conjuntura**

**1º DE JULHO | SÁBADO**

**PRESENCIAL NO CEPE-CAXIAS**

**8h . Café da Manhã e Credenciamento**

**9h . Apresentação das Teses**

**10h . ACT 2023**

**12h . Almoço**

**15h . Confraternização**

**PARA PARTICIPAR, INSCREVA-SE NO FORMULÁRIO:**



[www.bit.ly/Conduc](http://www.bit.ly/Conduc)

## REGIMENTO INTERNO DO XV CONDOC



*Este regimento, aprovado pela coordenação do Sindipetro Caxias, regulamenta o funcionamento do XV Congresso do Sindipetro Caxias.*

Art. 1º. O Décimo quinto Congresso do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo no Município de Duque de Caxias, doravante chamado XV CONDOC, será realizado nos dias 29/06/2023, das 18:00 às 20:30, e 01/07/2023, das 08:00 às 16:00.

§1º. A seção do dia 29/06/2023, doravante chamada de primeira seção, será realizada de forma virtual, na plataforma ZOOM, ou, na falta desta, por outra providenciada pela coordenação do Sindicato, com link de acesso divulgado nos meios de comunicação oficial deste sindicato.

§2º. A seção do dia 01/07/2023, doravante chamada de segunda seção, será realizada no restaurante do Clube dos Empregados Petrobras de Duque de Caxias, CEPE Caxias, à Rodovia Washington Luiz, Rua 7, Km 113 - S/N - Campos Elíseos, RJ.

Art. 2º. A primeira seção tratará do tema “Conjuntura Política e Socioeconômica” que servirá de embasamento para os debates específicos da categoria petroleira no segundo dia.

§1º. A organização da mesa de debates será coordenada por dois membros da diretoria colegiada do sindicato, responsáveis pela apresentação do evento e palestrantes, controle de tempos de fala, anotação de inscrições e demais questões que surgirem durante o evento.

§2º. O presidente do sindicato será convocado para, brevemente, declarar aberto o XV CONDOC, bem como saudar os convidados e petroleiros presentes.

§3º. A apresentação inicial seguirá a seguinte ordem, com respectivos tempos de fala:

- I. Cloviomar Cararine, do DIEESE, com 20 minutos de exposição;
- II. Tarcísio Motta, Deputado Federal PSOL-RJ, com 15 minutos de exposição;
- III. José Maria de Almeida, Presidente Nacional do PSTU, com 15 minutos de exposição;
- IV. Leo Leal, Representante do MM5, com 15 minutos de exposição, e
- V. Heitor Cesar, Representante do PCB, com 15 minutos de exposição.

§4º. Durante as falas dos convidados, estarão abertas, via chat, inscrições para intervenções dos petroleiros inscritos, totalizando-se um máximo de 15 intervenções, de 3 minutos cada.

§5º. Em seguida, em ordem inversa à exposta no §3º do Art. 2º, os convidados terão 6 minutos cada para suas considerações finais.

§6º. Por fim, o presidente do sindicato será convocado a encerrar os trabalhos do primeiro dia e convocar os presentes para o segundo dia, relembrando-lhes o local e horário.

Art. 3º. O segundo dia seguirá o seguinte cronograma de atividades e pautas:

- I. 08:00, Café da manhã e credenciamento;
- II. 08:50, Instalação da mesa organizadora, definida pela coordenação do sindicato;
- III. 08:55, Convocação de todos os presentes para que os trabalhos se iniciem;
- IV. 09:00, Abertura do segundo dia e breve saudação aos presentes pelo presidente do sindicato;
- V. 09:02, Saudações de entidades amigas;
- VI. 09:10, Explicação do funcionamento do CONDOC;
- VII. 09:15, Início das defesas de tese;
- VIII. 10:00, fim do ponto de defesas de teses, início do ponto de ACT 2023;
- IX. 12:00, Almoço;
- X. 12:45, Sistematização das propostas recebidas;
- XI. 13:00, Encerramento do credenciamento e início do ponto de deliberações;
- XII. 15:00, Confraternização.

§1º. Os horários elencados nos incisos do caput poderão ser adaptados no dia do evento, segundo análise da coordenação do sindicato.

§2º. Ao longo das intervenções, as inscrições e o envio de propostas escritas sobre os temas serão recebidos pela Secretaria na mesa de Credenciamento, localizada próximo à entrada.

Art. 4º. Somente serão apreciadas no ponto de deliberações, as propostas encaminhadas para a sistematização até 10 minutos após encerramento do ponto de ACT.

§1º. A mesa irá ler as propostas e perguntar se há destaque. Havendo destaque, este será apreciado após o fim da leitura.

§2º. Aquele que tiver apresentado destaque, terá 1 minuto para apresentar seu destaque.

§3º. Havendo acolhimento do destaque por parte do(s) autor(es) da proposta em questão, a mesa irá proceder com a consulta a plenária se é consensual ou não.

§4º. No caso de ao menos uma manifestação em contrário, o ponto será encaminhado para votação.

§5º. Somente haverá confronto de propostas com defesa, nos seguintes casos:

- I. Se, na sistematização, for identificadas propostas divergentes;
- II. Se, havendo destaque de proposta, este não for acolhido pelo(s) autor(es);

§6º. No caso de defesa de propostas, esta será de 2 minutos para cada posição em confronto, seguindo-se para votação.

§7º. Toda votação será por contagem de votos, mediante levantamento de crachás.

§8º. Abstenções terão direito a 1 minuto para declaração de voto, caso reivindicado, que será feito exclusivamente ao final de cada votação.

Art. 5º. Somente serão aceitos os votos dos petroleiros da base de atuação do Sindipetro Caxias e que tenham sido cadastrados até o encerramento do cadastramento.

Art. 6º. A qualquer momento, com a duração máxima de 1 minuto por intervenção, poderá ser dirigida a mesa as seguintes questões:

- I. de Ordem;
- II. de Encaminhamento;
- III. de Esclarecimento;

§1º. As questões que se tratam no caput não poderão ser feitas durante a fala de qualquer pessoa, devendo ser levantado o crachá e aguardado contato da mesa.

§2º. A questão de Ordem poderá ser levantada sempre que o petroleiro inscrito queira questionar alguma decisão da mesa organizadora.

§3º. A questão de Encaminhamento poderá ser levantada sempre que o petroleiro inscrito queira realizar um encaminhamento diferente do proposto pela mesa, durante o ponto de deliberações ou a qualquer momento em que se consulte a plenária para a tomada de decisão sobre um tema específico.

§4º. A questão de Esclarecimento poderá ser levantada sempre que o petroleiro inscrito queira sanar alguma dúvida sobre qualquer tema que esteja sendo debatido no momento.

Art. 7º. Ao final do ponto de deliberações, a mesa irá organizar as deliberações e encaminhar para a secretaria, que anexará à ata do evento os seguintes documentos:

- I. Lista de credenciamento;
- II. Lista de convidados;
- III. Lista de funcionários do sindicato envolvidos no XV CONDUC;
- IV. Faturas e Notas Fiscais (ou, na ausência desta, Recibo) dos fornecedores;
- V. Mídias do evento, como gravações, fotos, apresentações etc.;
- VI. Ata de deliberações aprovadas, com os respectivos resultados de votações;
- VII. Registro das declarações de abstenção de voto;

§1º. A ata completa será digitalizada e arquivada na sede do sindicato.

§2º. O sindicato será responsável por organizar, em um boletim, informe à toda categoria com resumo do XV CONDUC, bem como caderno de resoluções aprovadas.

# TESE

## RESISTÊNCIA PETROLEIRA



### Assinam esta tese:

- |                    |                       |                      |
|--------------------|-----------------------|----------------------|
| 1) Alexandre Tito  | 6) Felipe Gonçalves   | 11) Michelle Capone  |
| 2) Carlos Holanda  | 7) Gustavo Maurilo    | 12) Rafael Souza     |
| 3) Daniel Tomazine | 8) Luís Alberto       | 13) Thalles Leopoldo |
| 4) Danilo Nobrega  | 9) Maíra Auller       | 14) Yves Medeiros    |
| 5) Eutácio Barros  | 10) Marcello Bernardo |                      |

### UNIDADE & INDEPENDÊNCIA: RECONQUISTAR DIREITOS, DEFENDER A PETROBRÁS, SALVAR A PETROS E COMBATER O FASCISMO

No dia 01/07, no CEPE-Caxias, realizaremos o primeiro Congresso do Sindipetro Caxias desde a derrota eleitoral de Bolsonaro. Nosso sindicato esteve na linha de frente para derrotar Bolsonaro e eleger Lula.

Desde o golpe parlamentar em 2016, foram anos de duros ataques à classe trabalhadora em geral, e aos petroleiros em particular. A ascensão de uma liderança fascista ao poder no Brasil, veio também com a ascensão de uma ofensiva privatista, neoliberal e autoritária em nosso país. Somente entre 2018 e 2022, mais de R\$173 bilhões em ativos foram entregues à iniciativa privada. RLAM, REMAN, SIX, FAFEN's, BR Distribuidora, TAG, NTS, Liquigás, Polo Potiguar, Carmópolis, entre outros tantos ativos, foram vendidos de forma acelerada, por valores subdimensionados e players muito suspeitos, com direito a propina em jóias milionárias.

Vimos passar no Congresso em 2017 a Reforma Trabalhista e em 2019 a Previdenciária e consecutivos ACTs retirando direitos históricos de nossa categoria. Isso sem contar os ataques ao meio ambiente, ao serviço público, direitos das mulheres, negros e LGBTQIA+, privatização

da Eletrobrás, CEDAE, entre outros retrocessos.

### ACT 2023: RECONQUISTAR DIREITOS

O Nosso ACT sofreu muitos ataques principalmente desde o golpe contra a Dilma, em 2016. Com a aprovação da Reforma Trabalhista, a gestão da empresa se aproveitou para desmontar cláusulas históricas que representavam o acúmulo de anos de luta da categoria. É fundamental que, após as negociações nos GT's, a Campanha Reivindicatória combine a luta pela Petrobrás Estatal com a recomposição desses direitos.

### Elencamos aqui bandeiras prioritárias para nossa Pauta:

- ▶ A.M.S - Retorno da Relação de Custeio 70x30 e volta da gestão para a Petrobrás. Fim da APS;
- ▶ Fim do reajuste pelo VCMH na A.M.S.
- ▶ Estudo crítico/Auditoria do Saldo devedor da A.M.S. Extinção conforme comprovação de ilegalidades.
- ▶ Extinção da cláusula, que hoje permite a exclusão de usuários por inadimplência.
- ▶ Pelo fim do desconto em duplicidade do Grande Risco no 13°
- ▶ Teletrabalho - Regramento, direitos e garantias de acesso e permanência via Acordo Coletivo de Trabalho

- ▶ Terceirização - Fim da terceirização das atividades fim, recomposição do efetivo próprio e cláusula de garantia para os trabalhadores do setor privado (construção civil, metalúrgicos etc.)
- ▶ Recomposição do EFETIVO. Fim da terceirização. Treinamento do efetivo. Fim do O&M.
- ▶ Rediscutir nossos Planos de Cargos e Salários (PCR e PCAC)
- ▶ Retorno da promoção para sênior do nível médio do PCAC
- ▶ Retomar avanço de nível e promoção automáticos por antiguidade para o nível superior
- ▶ Reajuste e Remuneração Variável - Recomposição dos salários com garantia da inflação do período mais reajuste real para recompor perdas dos últimos anos. Fim do PPP e Regramento da PLR com base no lucro da empresa!
- ▶ Banco de Horas - Fim do banco de horas e da compensação forçada
- ▶ Mulheres - Incorporar as pautas aprovadas no Encontro de Mulheres Unitário FNP e FUP
- ▶ Fim da cláusula de chantagem nos acordos da tabela de turno
- ▶ Negociação do acordo permanente de Parada de Manutenção
- ▶ Alimentação e Transporte de qualidade para todos
- ▶ Abono das horas de carnaval, fim de ano e Copa do Mundo
- ▶ Retorno do APT e APTT nos valores

anteriores e com seu estabelecimento em ACT

- ▶ Retomada do extraturno feriado a 100%
- ▶ Retorno do Auxílio educação nível superior para os dependentes
- ▶ Retorno do HETT a 100%, no mínimo por média
- ▶ Retorno dos 2/3 das férias pago como remuneração

### **UNIR A FUP E A FNP PARA HOJE!**

Um anseio que está na boca da categoria também é a unidade entre FNP e FUP para a condução da campanha salarial. As direções precisam atuar nesse sentido, sob o risco de fazermos uma campanha em separado, o que prejudica a disposição para a luta da nossa base, que é única e nacional.

A FUP diz que não tem unidade porque a FNP sempre prioriza a crítica à FUP. A FNP diz que a FUP nunca quer levar a luta do ACT adiante e não quer unidade de verdade, pois está atrelada à gestão da empresa. A unidade sempre fica em segundo plano. Não precisamos de uma unidade para um momento futuro abstrato, mas para hoje! É hora de unificar as federações para derrotar a extrema-direita e reconquistar direitos!

#### **Por isso defendemos:**

- ▶ Em defesa da unidade do Movimento Petroleiro! Chega da divisão!
- ▶ Mesa única na negociação com a empresa
- ▶ Definição dos rumos da campanha através de coordenação unificada entre FUP e FNP

### **ELEIÇÃO DE LULA É UMA VITÓRIA, MAS NÃO PODEMOS ABRIR MÃO DA INDEPENDÊNCIA**

Sem dúvida, o triunfo eleitoral de Lula em outubro de 2022 foi uma

vitória fundamental contra o fascismo e a extrema-direita. Porém, o bolsonarismo está longe de ter sido definitivamente derrotado. Em nenhum lugar do mundo a luta contra o fascismo se bastou no terreno eleitoral e não será assim no Brasil. É fato que eles seguem vivos e com apoio popular em nosso país. As ações golpistas em Brasília no dia 8 de janeiro e tentativa criminoso de criminalizar o MST, confirmam os perigos que ainda representam. Será necessário retomar a confiança e moral da classe trabalhadora e do povo pobre e ampliar as lutas nas ruas pelas nossas pautas. Só assim seremos capazes de disputar os rumos da sociedade e oferecer uma alternativa às narrativas e pautas privatistas e fascistas.

Por isso, é importante que se diga: a saída da Petrobrás do GT de privatização do governo, o fim do PPI, o retorno do acesso dos dirigentes sindicais aos locais de trabalho, e as medidas do GT de Mulheres que começam a ser implementadas pela Petrobras foram conquistas importantes que se deram nesses 5 meses de governo Lula. Para retomar a auto-estima da categoria é importante que os avanços sejam reconhecidos como tal, não para que se encerre onde estão, mas para que sejam combustível para a luta pelo conjunto da nossa pauta. Reconhecer esses avanços não significa nos iludirmos e não enxergarmos os limites que vem se demonstrando até aqui. Temos que seguir a luta para acabar com o legado dos anos de extrema direita. Reconquistar nossos direitos, revogar as reformas que atacaram os direitos dos trabalhadores e lutar por uma Petrobrás 100% estatal.

O governo Lula é um governo de Frente Ampla, composto por

alianças com setores da direita tradicional ligados ao mercado financeiro. Pressionado pelo Congresso mais reacionário dos últimos tempos, faz concessões ao Centrão e ao empresariado buscando governabilidade. Uma dessas “concessões” foi o duro ataque do Arcabouço Fiscal, que saiu pior do que previsto inicialmente. O Centrão, no entanto, se mostra insaciável, querendo ainda mais. Impôs importantes derrotas ao povo brasileiro recentemente com o Marco Temporal na demarcação de terras indígenas e a diminuição do peso do Ministério do Meio Ambiente e dos povos Originários. Se Lula ficar refém de Arthur Lira e suas medidas contra o povo, poderá ver o derretimento de sua base de apoio e o fortalecimento da extrema-direita. A única forma do novo governo se consolidar e combater a influência bolsonarista entre os trabalhadores é aplicar o programa que o elegeu, reconstruir um Brasil a serviço do povo brasileiro.

### **LUTAR PARA QUE LULA IMPLEMENTE O PROGRAMA QUE O ELEGU**

Uma governabilidade “à frio”, apoiada somente nas negociações com esse Congresso Nacional, não parece indicar uma boa saída para os trabalhadores e, até mesmo, para a própria governabilidade de Lula. A melhor forma de acabar com a influência bolsonarista é atendendo a expectativa que 59.563.912 de trabalhadores depositaram nas urnas. Isso só será possível se Lula governar apoiado na mobilização do povo. Um governo que atenda as necessidades da população não é possível se nele há espaço para a direita fisiológica que atende os interesses do grande capital. Sem atender às necessida-

des da população, o bolsonarismo voltará com ainda mais força ameaçando a todos nós.

Neste sentido, segue sendo urgente a construção e fortalecimento de uma grande frente da esquerda e dos movimentos sociais, para pressionar nas ruas pelas mudanças estruturais que o Brasil tanto precisa e para derrotar a extrema direita neofascista, como o povo colombiano está fazendo em relação ao governo Petro. Caso contrário corremos o risco do Brasil virar um novo Chile, com o fortalecimento da extrema-direita após a eleição do governo Bóric.

### **DESBOLSONARIZAR A PETROBRÁS, JÁ!**

Parte da mesma luta contra as concessões ao centrão é a luta por desbolsonarizar a Petrobrás. São muitos os cargos de gestão e importância que são tocados por notórios bolsonaristas, inimigos da Petrobrás como empresa estatal e propulsora do desenvolvimento nacional. Fim dos postos de poder para essa turma, já! Fora Bolsonaristas da Petrobrás!

#### **Propostas de Conjuntura:**

- ▶ Independência do sindicato frente ao governo e a nova gestão da Petrobrás, defendendo nossas pautas.
- ▶ Defender o governo Lula e a democracia diante dos ataques golpistas do bolsonarismo.
- ▶ Defender a unidade da categoria petroleira, em uma Frente Única da classe trabalhadora no enfrentamento à extrema direita neofascista, mobilizando a categoria para que o bolsonarismo seja definitivamente derrotado.
- ▶ Criar uma campanha “Fora gestores bolsonaristas da Petrobrás!”
- ▶ Fim do PPI foi uma vitória, mas os preços precisam cair ainda mais para se “abrasileirar”. Lutar pelo “abrasileiramento” dos preços.

▶ Lutar pela retomada dos ativos privatizados nos últimos anos

▶ Chega da sabotagem de Campos Neto no BC. Lutar em conjunto com o movimento social pela redução da Taxa de Juros do país!

▶ Cobrar a reversão de todo legado do golpe: revogação das reformas trabalhistas, previdenciária e lei das terceirizações.

▶ Sem anistia! Golpistas na cadeia já!

▶ Contra a criminalização do MST e demais movimentos sociais.

### **PETROBRÁS, SALVE A PETROS! CHEGA DE PED!**

Acabou a paciência dos aposentados, aposentadas e pensionistas! Após 5 anos de descontos todo mês no contracheque por conta dos Planos de Equacionamento, em abril começou a chegar um novo desconto de um novo PED.

A Petrobrás tem uma dívida bilionária com a Petros, mas ao invés de sanar suas dívidas, a política de gestão da empresa foi repassar aos trabalhadores esta dívida. Já tentamos pela via jurídica e administrativa de diversas formas. Acabou a paciência!

Por isso, no dia 27 /04 o Sindi-petro Caxias realizou uma manifestação com mais de 500 aposentados(as) e convocou as federações a se unirem para realizar um ato nacional. No dia 30/05 mais de 2000 petroleiros responderam ao chamado da FNP e da FUP e ocuparam o EDISE para cobrar a responsabilidade da Petrobrás sobre este rombo. As novas gestões da Petrobrás e do governo precisam resolver de uma vez por todas os problemas estruturais da nossa Petros. Agora a bola está com Jean Paul Prattes. Precisamos mudar essa gestão da Petros para que esteja a serviço dos nossos aposentados e aposentadas!

▶ Eleições da Petros: Pela eleição

de uma chapa comprometida com os trabalhadores, em unidade das federações, sindicatos e associações.

▶ Por encontro nacional dos petroleiros em defesa da Petros, que discuta um programa unificado para salvar a Petros.

### **VIVA A LUTA DAS PETROLEIRAS: NUNCA MAIS SEM NÓS**

Durante o governo Bolsonaro, incentivado pelo discurso machista do presidente, casos de assédio e feminicídio explodiram em nosso país. Na Petrobrás, infelizmente, não foi diferente. As denúncias de assédio no interior da companhia tomaram o noticiário nacional, expondo o ambiente insalubre de trabalho e a política conivente da direção da empresa.

Mas as petroleiras têm dado uma resposta à altura! O recente Encontro Unificado de Mulheres da FNP-FUP mostrou a disposição de luta das mulheres contra o machismo e a defesa dos direitos femininos. As mulheres foram linha de frente na unidade da categoria organizando uma pauta comum de reivindicação e preparando a luta do ACT. ■



# TESE PETROLEIROS SOCIALISTAS



## Assinam esta tese:

- |  |                    |                        |
|--|--------------------|------------------------|
| 1) Cláudio Cordeiro                        | 5) Fernando Ramos  | 10) Nilson de Miranda  |
| 2) Cláudio Mariano (Aps BR-Distribuidora), | 6) Felipe Pecego   | 11) Patrícia Candreva  |
| 3) Daniel Barbosa                          | 7) Hugo Viotto     | 12) Vanildo Albuerque. |
| 4) Deni Scarani                            | 8) Jailson         |                        |
|  | 9) Narciso Barreto |                        |

## DERROTAMOS BOLSONARO NAS URNAS E SEGUIREMOS COMBATENDO A ULTRADIREITA AGORA É HORA DE RETOMAR ATIVOS E RECUPERAR DIREITOS!

Desde o início do ano, nos reunimos com o presidente da Petrobrás, Alta Administração e RH e, agora, no início de maio, estabelecemos 10 “Grupos de Trabalho” temáticos com a empresa, uma negociação que precede a campanha do ACT. Também no próximo período, até agosto, acontecem os congressos dos sindicatos, da FNP e da FUP, que discutirão a pauta e a estratégia da campanha.

O novo presidente da Petrobrás utiliza bem seus canais de comunicação com a promessa de mudanças, diálogo e respeito aos trabalhadores. Apesar de Prates ter feito a vida na iniciativa privada com opiniões e perfil “de mercado”, uma parcela da categoria confia que está tudo resolvido, que agora é só uma questão de tempo para a Petrobrás dos sonhos virar realidade.

O alívio pós-Bolsonaro e as promessas de campanha de Lula alimentam a expectativa de que o novo governo atenda às demandas dos trabalhadores e opere reformas estruturantes.

Não é assim na Companhia, não é assim no país. Qualquer conquista só virá com muita mobilização.

Por outro lado, os “cidadãos de bem”, defensores da superexploração e opressão despudoradas, se recusam a voltar para o esgoto e por isso nosso combate à ultradireita tem que ser diário, impiedoso e incansável.

## O que podemos esperar do atual

### governo?

Lula foi eleito por uma frente muito ampla, composta em parte por setores dos movimentos sociais e se sustentando no apoio de setores da burguesia nacional e internacional e no compromisso destes interesses.

Em nome de tais alianças, Lula já sinalizou que não deverá atender a uma das demandas mais urgentes dos trabalhadores: a revogação integral de todas as reformas.

A edição do Arcabouço Fiscal, a não revogação da Reforma Trabalhista de Temer, a nomeação dos ministros e o tratamento dado aos militares golpistas, para citar apenas quatro exemplos, trazem à tona a amplitude do compromisso do governo da Frente Ampla Lula-Alckmin com amplos setores da classe dominante.

Na Petrobrás, a mudança de postura da empresa, favorecendo o diálogo, sem dúvida ajudará a elaborar propostas e estabelecer diferenças, mas a nova gestão já deveria ter avançado ou ao menos dado mais nitidez sobre alguns pontos nevrálgicos.

- Recuperação dos ativos - refinarias, fábricas, dutos, distribuidora... vai contando até 200 bil!
- Preço dos combustíveis (vide verso)
- PED, Petros, AMS;
- Retorno dos transferidos a suas regiões;
- Recomposição de efetivo;
- Remoção e investigação dos gerentes bolsonaristas, privatistas, assediadores
- O PPP imoral;
- Anulação de punições e demis-

sões;

• Novo plano de carreira, etc  
Algumas medidas foram importantes, como o anúncio de continuidade da Petrobrás nas regiões que estavam sendo abandonadas, porém temos que lutar para conquistar alguns pontos:

- O retorno do pessoal transferido,
- A retomada dos campos do nordeste entregues e;
- Que as plataformas de SE/AL não sejam afretadas.

## A HORA É ESTA!

Se, sob um governo de ultradireita, protagonizamos importantes greves e assembleias massivas, agora temos que nos energizar com o resultado das urnas. É preciso transformar as expectativas em mobilização para reconquistar direitos, renda e condições de trabalho saudáveis na Petrobrás para homens e mulheres, ativos e aposentados, próprios e terceirizados, administrativo e operacional.

Temos – principalmente os aposentados – amargando perdas há muitos e muitos anos, não só do recém defenestrado governo facínora, como dos anteriores.

FHC quebrou o monopólio e realizou leilões; Lula fez outros tantos e terceirizou horrores, em que pese os concursos, que começaram com FHC; Dilma leiloou Libra e, com Bendine, estabeleceu a paridade com os preços internacionais e lançou o Plano de Desinvestimento que Temer soube levar adiante com o PPI e que Bolsonaro elevou à 10a potência ilegal e vorazmente até o último segundo do mandato.

Derrotamos o Bozo, mas elege-

mos uma Frente Ampla com um programa e composição pra lá de questionável. Na política, quando se governa para dois senhores, está se governando para o mais forte. No caso, a classe dominante, o capital financeiro, o imperialismo.

Para conquistar a Petrobrás que o povo merece, vamos precisar de muita mobilização, com independência de classe e unidade na luta para enfrentar os interesses dos diferentes governos e patrões e do capital internacional.

. Todo o petróleo e gás para uma Petrobrás 100% estatal e pública, sob controle dos trabalhadores.

. Contra o Arcabouço Fiscal! Aumento expressivo do investimento nos serviços de saúde, educação e nas demais políticas sociais.

. Revogação das reformas trabalhista e da previdência

. Sem anistia - prisão para os golpistas!

Retomar os ativos “doados” e construir a Petrobrás que o Brasil merece - volta do monopólio para uma Petrobrás 100% estatal e pública, do poço ao poste, presente em todas as regiões do país, indutora do desenvolvimento econômico e da transição energética (a partir da re-inversão de seu lucro), sob controle dos trabalhadores.

Escalonar e acelerar os concursos para todos os cargos. Contratação massiva e aproveitamento da mão-de-obra qualificada e experiente visando ao fim da terceirização. Reformulação imediata dos contratos atuais para dar dignidade e segurança aos terceirizados.

Por outro lado, não podemos ver os 100, 200, 300 dias passarem e nossas expectativas não serem atendidas. Lula/Prates têm que vir a público, com transparência, anunciar as medidas completas e imediatas para retomar, recuperar, reconstruir, reestatizar e democratizar a Petrobrás, assim como uma nova política de preços dos combustíveis que leve em conta preponderantemente seus custos de produção.

Reformulação completa da hierarquia, com participação deliberativa dos empregados e da sociedade.

Sem anistia! Perda da função imediata e responsabilização individual, no caso de atos lesivos aos empregados, à

empresa ou ao patrimônio do povo brasileiro, de todos os gerentes bolsonaristas, assediadores e privatistas.

Reestatização da Petrobrás, retomada dos ativos, retorno de todos os trabalhadores para suas cidades, reparações históricas de companheiros(as) punidos e demitidos, desvinculação dos combustíveis dos preços internacionais.

### **FIM DO PPI PRECISA VIR COM REVERSÃO DE PRIVATIZAÇÕES, INVESTIMENTOS E PETROBRAS 100% ESTATAL**

“O Brasil é um dos maiores produtores de petróleo do mundo, refina boa parte do petróleo, com custos de produção nacionais, tem mão de obra altamente especializada e tecnologia. Portanto, tem todas as condições para fornecer combustíveis com os menores custos possíveis e fortalecer a indústria e a soberania nacional.

“Não está claro como será a aplicação efetiva da política de reajustes da empresa. Se a lógica da Petrobras seguir sendo garantir superlucros aos acionistas, não haverá mudança de fato.

“O GLP, um dos maiores dramas da família brasileira, não foi incluído nesta mudança e continua vendido acima do PPI! As reduções anunciadas não têm a ver com a “nova estratégia comercial” e não sabemos como o reajuste se dará nos postos. O Diesel segue com preços próximos ao PPI.

“Além disso, Bahia e Amazonas, com as refinarias privadas, não são abrangidas pela nova “estratégia”.

“Junto com o fim do PPI é preciso reverter as privatizações já realizadas, como da BR Distribuidora, da Liquegás e refinarias; bem como garantir um forte plano de investimentos, que permita, por exemplo, utilizar toda a capacidade de refino no país; por fim, à terceirização e à política de dividendos astronômicos aos acionistas e, acima de tudo, fortalecer uma Petrobras 100% estatal e sob controle dos trabalhadores.

**Leia artigo completo:**  
<https://bit.ly/45hFHUE>

### **NÃO À VENDA DA LUBNOR**

No dia 21/06 o CADE aprovou a venda da LUBNOR, no dia seguinte seu

trabalhadores aprovaram greve contra a privatização da refinaria, a partir do dia 27/06. No dia do início da greve foram realizados atos em várias unidades da Petrobrás em apoio à greve.

A refinaria é uma das 13, incluídas no programa de desinvestimento (privatização) de Bolsonaro e Paulo Guedes. No início do seu mandato Lula anunciou a interrupção da venda de ativos da empresa, o que de fato deu uma meia trava em alguns processos que eram bastante inicial, como foi o caso da REGAP e REPAR. Entretanto deu procedimento e concluiu algumas privatizações que já estavam mais avançadas, como foram os casos da RELAM, REMAM e SIX.

O processo da LUBINOR foi paralisado por um período, devido à interferência da prefeitura de Fortaleza, que é dona de uma parte do terreno, onde se encontra a refinaria, mas no dia 21/06, o CADE liberou o prosseguimento da venda. Agora está nas mãos do governo a possibilidade de interromper de vez o processo, e escolher se fica do lado dos petroleiros em greve ou do lado do capital privado do mercado de petróleo.

Todo apoio à greve dos trabalhadores da LUBNOR. Pelo fim imediato das privatizações e reestatização dos ativos privatizados!

### **CONTRA O ARCABOUÇO FISCAL E O MARCO TEMPORAL**

O Arcabouço Fiscal e o Marco Temporal são dois maiores ataques aos trabalhadores brasileiros neste momento. O Arcabouço Fiscal, é a política de tetos de gastos do governo Lula, elaborado por Fernando Hadad, que retira recursos da educação, saúde, aposentadorias e todo serviço público para pagar a dívida pública aos banqueiros. O projeto que limita o aumento dos gastos públicos a 70% do crescimento da receita do ano anterior. Entretanto, este aumento só pode variar entre 0,6% (nos períodos de crise) a 2,5% (nos períodos de grande crescimento), em relação aos gastos do ano anterior. E não podemos nos esquecer que estamos partindo de um patamar de extremo sucateamento dos serviços públicos, e baixíssimos salários dos servidores.

Se por um lado, o teto dos gastos

públicos de Temer impunha um congelamento de gastos de 20 anos, que mesmo com aprofundamento do sucateamento do serviço público, nunca foi cumprido, por outro lado o Arcabouço Fiscal de Haddad/Lula/Alkimin, impõe a meta de zerar o déficit público até 2024, e também define “castigos” como o congelamento de salários dos servidores e de aposentadorias, cancelamentos de concursos e muitos outros, para o caso de não cumprimento das metas. É importante destacar que o congresso de conjunto votou em peso a favor desse projeto, desde os governistas até a extrema direita, do partido de Bolsonaro.

Já o marco temporal é projeto que facilita a grilagem de terras pelo agronegócio e ataca o direito à demarcação das terras dos povos originários e das comunidades quilombolas. E ainda libera atividades predatórias nas reservas indígenas. Apesar de não ser um projeto de autoria do governo, o governo liberou a sua bancada para votar como quisesse, com isso o projeto foi aprovado por ampla maioria. Mas os povos indígenas têm se levantados contra esse ataque.

### **Juros Altos e Arcabouço Fiscal, duas faces da mesma moeda**

Os altos juros assim como o Arcabouço Fiscal são medidas da mesma política de arrocho fiscal, para pagamento da Dívida Pública aos grandes bancos e rentistas. Os juros altos retira, na forma de juros da dívida pública, verbas que deveriam ser utilizadas nos serviços públicos e envia para os banqueiros. O Arcabouço Fiscal cria um teto de gastos, cortando recursos que deveriam ser investidos em serviços públicos, para enviar aos mesmos banqueiros. É necessário derrotar a política fiscal (neoliberal) de conjunto, para isso é necessário organizar e mobilizar os trabalhadores de forma independente dos patrões e do governo (que é parte da aplicação do ajuste fiscal), para derrotar nas ruas, os juros altos do Banco Central e o Arcabouço Fiscal de Haddad/Lula e Alkimin!

### **INDEPENDÊNCIA DE VERDADE**

O Sindipetro-Caxias tem uma história de anos de luta, foi marcado pela sua combatividade e independência

diante de governos e patrões, durante a ditadura e após a redemocratização. Cumpru um papel muito importante durante a greve de 95, contra a privatização da Petrobrás, sob o governo do PSDB. Durante os primeiros governos do PT, o nosso sindicato abriu mão da sua independência política e de classe e junto com a FUP, subordinou o movimento dos petroleiros aos seus interesses políticos eleitorais, abrindo mão de direitos dos trabalhadores. E mesmo sob o governo Bolsonaro, priorizou as negociações de bastidores, em detrimento da organização e Luta da categoria. No ano de 2022, a categoria votou em massa na chapa de oposição, para resgatar o sindicato para a luta e para a independência de classe. Não podemos retroceder nessa grande vitória da nossa categoria!

### **Sim, este tema está em debate!**

O setor majoritário da direção do nosso sindicato tem afirmado que todos concordamos com a defesa da independência e, portanto, este tema não estaria “em debate”. Nós, pelo contrário, acreditamos ser fundamental fazer este debate, pois a política deste setor tende a desviar nosso sindicato da independência de classe. Vejamos:

→ Tem defendido que o programa da Frente Ampla estaria “a serviço do povo” e que o nosso papel seria “mobilizar os trabalhadores para apoiar o governo” na aplicação deste programa.

→ A orientação política para o sindicato partiria não da defesa intransigente da pauta da categoria e da independência dos patrões, mas da mobilização em defesa do governo (e da gestão) contra uma “direita”, indeterminada, até porque Alckmin, Múcio e Waguinho são governo. Claro que, frente a um golpe em andamento, não há dúvidas que o papel do sindicato seria defender a manutenção do governo eleito, como foi o exemplo da mobilização unitária do Sindipetro Caxias, com outros sindipetros e movimentos sociais, no dia 09/01, quando havia ameaça de ocupação da REDUC por parte dos bolsonaristas golpistas. Entretanto, transformar um inimigo real em uma ameaça abstrata permanente, para blindar o governo e silenciar críticas e exigências, é um grande desserviço

aos trabalhadores.

→ Fazer apologia das mínimas medidas “progressivas” e relativizar, passar pano ou colocar para debaixo do tapete as “impopulares”; agitar uma narrativa desproporcional aos fatos para “esperançar” o trabalhador - estas são práticas típicas do atrelamento disfarçado não devem ser adotadas.

O restabelecimento de uma relação minimamente civilizada, da direção da empresa com os sindicatos e uma meia sola no PPI não mereceriam normalmente um elogio de “muito mais favorável”. Os GT’s não tiveram quase nenhum resultado até o momento e algumas reuniões foram até bem frustrantes, mas ok, negociação em andamento. Já a “vitória” do fim do PPI está longe de ser “comida na mesa do povo”, como anunciou a FUP. Mesmo porque o PPI, não foi sepultado, só sua obrigatoriedade. E somente para diesel e gasolina, não para drama do botijão de gás.

→ Ninguém está propondo que o Congresso vote ser “oposição ao governo”. Seria um erro pois o governo acabou de ser eleito e a categoria tem uma grande expectativa nele. Com Bolsonaro a ampla maioria da categoria tinha claro que era um governo contra os trabalhadores e sua organização e por isso não apenas fomos oposição, como lutamos pelo “Fora Bolsonaro”. O que temos que fazer nesse momento é traduzir toda a expectativa da categoria em pautas, bandeiras e plano de ação. Não é nem um pouco razoável, fazer uma caricatura dos setores que são oposição de esquerda e mantêm uma postura classista, taxando de “oposição incondicional, sistemática, raivosa, irresponsável e que nega oportunidades de diálogo”, criando uma cortina de fumaça para uma política que leva o movimento sindical a um apoio “não assumido” ao governo e à gestão da empresa.

### **UNIDADE É PRA LUTAR**

Todos concordamos com a “unidade”. Mas o que entendemos por unidade pode ser muito diferente. Para nós, unidade é para lutar em torno das bandeiras da categoria. Não serve a unidade se for para paralisar e enrolar os trabalhadores.

Devemos sim buscar articular as direções dos sindicatos e federações e buscar ao máximo construir pautas e movimentos unitários. Mas esta unidade deve envolver o conjunto da categoria nas discussões e nas decisões. Deve ser construída pela base da categoria, e não apenas em reuniões de cúpula sindical que em muitas ocasiões serviu apenas para enrolar os trabalhadores.

Como foi o caso quando a FUP traiu a categoria ao defender a repactuação do Plano Petros, foi contra a isonomia dos novos e mutilou nossa proposta da ACT, não havia possibilidade de unidade. Foi necessário denunciar esta postura para a categoria e lutar contra isso. Assim como foi muito importante construir greves conjuntas, mas quando a FUP se aliou às gerências para desmontar as greves ou quando tentou impedir a categoria de lutar, o debate e a crítica públicas foram fundamentais. É notável que a FUP nos últimos anos, adotou uma postura de total atrelamento ao governo e a direção da empresa. Não é dessa maneira que vamos construir uma unidade!

Entretanto, foi muito positivo termos construído o Encontro de Mulheres conjunto, entre FUP e FNP, e também o ato unitário de toda a categoria contra os PED's assassinos em frente ao EDSN. É essa unidade que queremos! Uma unidade de amplifique a capacidade de enfrentamento dos trabalhadores!

É fundamental o chamado à unidade, mas não pode ser um chamado abstrato, sem debater com a categoria que o principal obstáculo é justamente essa postura da direção da FUP.

→ Todos concordam com a “Mesa única de negociação” e “Comando único de mobilização”, mas são letra morta se não vêm acompanhadas da análise da realidade, do combate ao peleguismo sindical, sendo necessária uma mudança da forma como a direção da FUP conduz as lutas. Devemos cobrar da direção da FUP, a construção da unidade com base na democracia operária, com liberdade de crítica e debate público das diferenças. Quem deve decidir o rumo são os trabalhadores organizados, não a cúpula.

Por mais que possa parecer contraditório, temos que encarar o fato de que a unidade nacional dos

petroleiros só vai acontecer superando a atual política da direção da FUP/CUT. O nosso sindicato tem condições de ser o fiel da balança, mas para isso precisaremos: exigir que a direção da FUP rompa com o Patrão (direção da empresa)! Dirigente da FUP não pode ocupar cargo de chefia na empresa! Ter autonomia em relação à direção da FUP. A unidade é fundamental, mas não será efetiva se a política da direção da FUP seguir sendo aquela nos empurrou acordos coletivos que retiraram direitos. É importante destacar que a nossa direção de conjunto foi contrária à indicação de aprovação do ACT 22/23, mas assim o fez, pois o debate frente a FUP ainda não estava amadurecido o suficiente para desafiar o famoso “FUP INDICA”. Esperamos que esse ano estejamos maduros! Unidade deve ser para lutar pelas bandeiras da categoria e construída junto com a base!

### **ORGANIZAR AS MULHERES TRABALHADORAS PARA ENFRENTAR O MACHISMO E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA**

#### **Machistas e misóginos - NÃO PASSARÃO!**

Iniciamos o ano de 2023 com um sentimento de alívio pela derrota de Bolsonaro nas eleições presidenciais. Em especial nós, mulheres trabalhadoras, que sofremos muitos ataques e vimos crescer os discursos reacionários da ultra-direita, machistas e misóginos.

#### **O que podemos esperar do atual governo?**

Um exemplo do caráter do governo, que já comentamos, é a escolha de Simone Tebet, que é uma defensora da reforma trabalhista, como ministra do Planejamento e Orçamento ou a manutenção de bolsonaristas no governo e nas gerências da Petrobrás. Lula também já sinalizou que não deverá atender a uma das principais demandas das mulheres trabalhadoras: a revogação integral das reformas.

Se, por um lado, o governo federal revogou algumas portarias que dificultam o acesso ao aborto legal e retirou o Brasil do Consenso de Genebra a ministra Cida

Gonçalves declarou que a pauta sobre a legalização do aborto não é prioridade e que cabe a este Congresso reacionário legislar sobre o tema.

A exemplo da luta das argentinas, nossa pauta só será garantida com unidade e independência de classe!

#### **Mobilizar petroleiras e petroleiros na luta por:**

- Combate ao assédio e violência moral e sexual
- Atendimento, de qualidade, às vítimas de violência doméstica para acolher, proteger e auxiliar as mulheres em todas as dimensões
- Acesso à creche para todas as crianças
- Aumento expressivo do investimento nos serviços de saúde, educação e nas demais políticas sociais
- Salário igual para trabalho igual
- Emprego, salário e moradia
- Socialização do trabalho doméstico
- Contra o Arcabouço Fiscal!
- Revogação das reformas trabalhista e da previdência
- Educação sexual e acesso a contraceptivos para prevenir, aborto legal e seguro para não morrer

**ASSÉDIO SEXUAL** - os recentes eventos na Petrobrás demonstraram o grau de opressão e exploração das petroleiras, destacando-se a situação das companheiras terceirizadas e a dimensão racista da opressão, o cotidiano das mulheres na Petrobrás e a negligência com que esse tema foi tratado ao longo dos anos.

O governo aprovou um projeto de combate ao assédio sexual nos órgãos públicos, mas as privatizações continuam e nos deixam mais vulneráveis.

Essa realidade reforça que a luta contra as opressões é uma luta fundamental da nossa categoria como um todo, ou seja, esta luta precisa ser de todas(os) petroleiras(os)! E, mais ainda, o que nos une - independente do seu gênero, raça/etnia, orientação sexual ou identidade de gênero - é a nossa classe, o fato de sermos todos trabalhadores e estarmos todos sob o jugo da exploração

capitalista. Para as socialistas, a opressão das mulheres se combate também a partir de uma visão das classes sociais.

Para além do identitarismo

Algumas organizações feministas têm uma concepção policlassista e reformista, que percebem as opressões unicamente a partir da identidade de gênero e se limitam a pleitear reformas no campo da democracia burguesa.

Obviamente, os direitos democráticos e imediatos significam conquistas contra a opressão. Mas é preciso ser consciente que essas concessões serão parciais e retiradas na primeira crise.

Por isso, o caminho para o fim das opressões implica na alteração radical das relações de classe. Só uma mudança radical no regime político e nas condições econômicas dos setores oprimidos pode tornar essas transformações sustentáveis, acabando de fato com as opressões. Isso significa que nossa libertação é a libertação de toda a classe trabalhadora.

Se, no socialismo, também será necessária a luta contra as opressões e teremos terreno mais fértil para isso, já que um dos pilares do socialismo é a não opressão, é também inquestionável que não daremos fim às opressões por meio de concessões no interior do capitalismo.

### **ACT - A HORA É AGORA!**

No debate sobre pauta devemos levar em consideração dois elementos:

- A Petrobrás vem obtendo recordes de receitas e lucros todos os anos e repassando dividendos bilionários aos acionistas.

- Existe uma grande expectativa da categoria de que com a saída de Bolsonaro e a entrada de Lula haverá mudanças reais. Precisamos transformar essa expectativa em energia de mobilização.

- Precisamos construir uma pauta consequente com isso e que abranja o tamanho da expectativa da categoria, que é quem produz toda essa receita.

- Afastar a teoria “possibilista” de que devemos propor o que o governo pode conceder.

- Rejeitar a ideia de que nós sofremos ataques apenas a partir de Temer e, por isso, nossa pauta deve ser recuperar

os direitos retirados só de 2016 pra cá.

- É necessário que se corrijam todas as injustiças garantindo reparações, reposições, isonomias.

Nossa pauta deve, ao mesmo tempo, ser abrangente e estruturada em torno de eixos prioritários claros, que toquem nas questões mais de fundo. Entre elas:

- Acordo único para todas as empresas do Sistema Petrobrás

- Que a Petrobrás pague todas suas dívidas com o Plano Petros e cancele os PEDs assassinos;

- Volta da AMS administrada diretamente pela Petrobrás, que deve custear 100%;

- Unificação dos Planos de Cargos, garantindo aumentos automáticos por antiguidade em 12, 18 e 24 meses, assim como as promoções entre júnior, pleno, máster e sênior também de forma automática e por antiguidade. Fim da curva forçada.

- Pela medição efetiva de todos as exposições de saúde dos trabalhadores e reconhecimento das doenças adquiridas no trabalho

- Combate efetivo aos assédios moral e sexual e a todo tipo de opressão - racismo, machismo, lgbtphobia, capacitismo, etarismo etc.

- Reposição das perdas dos últimos anos e aumento real na tabela salarial

- Fim do PPP e PLR máxima legal e igual para todos

- Fim do banco de horas e pagamento das HES a 100% no mês subsequente. Pagamento das HETTs pela média de cada unidade, a serem medidas em conjunto com as Cipas e entidades sindicais

- Carga horária para petroleiros terceirizados igual aos petroleiros diretos. Nenhum terceirizado deve poder receber menos que o menor nível salarial da Petrobrás.

- Defesa da anistia e dos anistiados e anistiandos. Reenquadramento dos anistiados classificados como Auxiliar de Serviços de Apoio

- Reenquadramento dos anistiados. Pelo fim das perseguições políticas na Petrobrás com a readmissão de

Alessandro, Leninha, Ana Paula, Wagner e todos os lutadores demitidos. Pelo cancelamento de todos os processos contra dirigentes sindicais.

- Garantia de estabilidade no emprego

- Pelo atendimento das demandas dos concursados: APTT/ pagamento de estadia pela empresa por 60 dias; pagamento do deslocamento e estadia para exames médicos no Rio bancados pela empresa

- Volta do APT no modelo anterior a 2020 e indenização dos transferidos que receberam pela modalidade nova.

- Regulamentação do teletrabalho, incluindo jornada, pagamento dos custos de trabalho residenciais pela empresa e reconhecimento do adoecimento e dos acidentes de trabalho também em ambiente doméstico. Teletrabalho permanente para necessidades especiais: PCDs (incluindo obesidade mórbida); doenças crônicas, lactantes, idosos etc.

### **PROJETO DESVELA VIOLAÇÕES DE DIREITO NA PETROBRAS DURANTE A DITADURA**

O Projeto “Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura” do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAFI

Unifesp) visa levantar informações, testemunhos e análises sobre a cumplicidade e a responsabilidade de empresas, nacionais ou estrangeiras, nas graves violações de direitos ocorridas durante a Ditadura (1964-1985).

Seu escopo temporal, relacionado ao regime autoritário, se junta ao recorte espacial e prático dos crimes cometidos seja nas empresas, bem como no suporte e financiamento às ações repressivas coordenadas pelo Estado.

O processo repressivo inclui a coleta e a transmissão de informações sobre a atividade sindical de trabalhadores, o aporte logístico e material aos aparatos repressivos e à instalação de centros clandestinos de prisão e tortura, inclusive em instalações próprias das empresas.

O projeto entende que “as características próprias dessas violações configuram cumplicidade com o terrorismo de

Estado e, por consequência, com crimes contra a humanidade, com impacto que excede as vítimas diretamente atingidas e que continuam a ter consequências até os dias atuais se não forem compreendidos em suas diversas dimensões.”

A Petrobrás é uma das empresas pesquisadas e a FNP e Sindipetros apoiam o projeto.

Na primeira semana de junho reúnem-se pesquisadores e representantes dos sindicatos petroleiros e demais entidades para avaliar o relatório recém finalizado.

### **UNIFICAR E FORTALECER AS LUTAS: VEM AÍ O 5º CONGRESSO DA CSP- CONLUTAS**

O 5º Congresso da CSP-Conlutas será nos dias 7, 8, 9 e 10 de setembro deste ano em São Paulo, num momento de particular importância da luta das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, quando é necessário reafirmar a relevância do classismo, independência de governos e patrões, democracia e internacionalismo.

#### **Diversidade e luta de classes**

O Congresso visa privilegiar o fortalecimento da organização de base e efetivar a integração entre categorias e movimentos, além de aprovar políticas específicas para a atuação da Central.

### **ENCONTRO FORTALECERÁ UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA EM NÍVEL INTERNACIONAL**

O 5º Encontro da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas (RSISL) acontecerá nos dias 10 (noite), 11 e 12 de setembro na cidade de São José dos Campos (SP).

Acreditamos que este encontro é um importante momento de debate sobre a luta internacional dos trabalhadores contra o capitalismo e seus efeitos, ataques a direitos, privatizações, demissões, guerras e os imperialismos no mundo, mudanças climáticas e tantos outros temas que afetam o futuro da humanidade.

O encontro será também um espaço de solidariedade e cooperação internacional entre trabalhadores de diferentes categorias e setores profissionais. Também queremos avançar em debates

temáticos que já são tradição em nossa Rede, como direitos da mulher/feminismo e luta contra a opressão; autogestão e controle operário; repressão e luta contra a extrema direita; Anticolonialismo, antirracismo e imigração.

### **POR QUE NOS DENOMINAMOS PETROLEIROS SOCIALISTAS?**

O desemprego estrutural, a miséria crescente para a classe trabalhadora de o todo mundo, os diversas guerras de agressão que ocorrem no mundo nesse momento, os ataques aos povos indígenas e quilombolas, as queimadas, o aquecimento global e o colapso ambiental, deixam bastante evidente a falência do capitalismo.

E, inclusive cada avanço tecnológico, ao invés de significar um avanço nas condições de vida de cada um, produção mais barata e em menos tempo de bens de consumo necessários, torna-se uma ameaça, uma ferramenta para maior exploração, maior produção com menos empregos.

O capitalismo fracassou e seus defensores ainda reconhecem isso, propondo melhorias, reformas e paliativos. Soluções mágicas que inclusive já foram testadas e fracassaram, em momentos em que talvez tivessem chance de mostrar um resultado aparente um pouco melhor.

Entendemos que só acabaremos com as mazelas do capitalismo a partir de uma revolução social, que altere totalmente essa lógica do lucro, e coloque as riquezas a serviço de quem as produz. Esta nova forma sociedade, chamamos de socialismo e lutamos por ela, por isso nos denominamos Petroleiros Socialistas.

Junte-se a nós! ■

# TESE UNIDADE CLASSISTA



## BREVES APONTAMENTOS SOBRE A CONJUNTURA DA HISTÓRIA RECENTE

Nas últimas décadas, a crise sistêmica do capitalismo mundial tem se manifestado no acirramento das disputas interimperialistas e no aumento do militarismo; na piora das condições de vida da classe trabalhadora e no aumento da violência do estado contra essa; no aumento da miséria e do desemprego; nos ataques aos direitos e conquistas sociais da maioria da população; no aumento dos ataques a maiorias oprimidas; numa absurda e crescente acumulação de renda nas mãos de poucos monopólios; na multiplicação de privatizações que caracterizam uma verdadeira rapinagem do bem público; e no avanço acelerado da fascistação do cenário político através de uma onda conservadora em diversos aspectos: morais, ideológicos, eleitorais, jurídicos e econômicos.

Dentro dessa situação, a ofensiva global da burguesia contra os trabalhadores e a total falha de governos de conciliação de classes de resolver as mais latentes demandas da maioria da população colocam em xeque e expõem as contradições e limites desses projetos reformistas e social-liberais.

A crise atualmente enfrentada por vários países da América Latina que experimentam/experimentaram governos do “campo progressista” demonstra esse limite da busca em atender a necessidades reais da população sem, no entanto, romper (nem ao menos buscar um enfrentamento) com o sistema capitalista.

A crise econômica e social e do capitalismo pós 2008 chegou, ainda que tardiamente, ao Brasil. Seus efeitos, sensíveis a partir de 2013, acentuaram a crise do modelo de conciliação petista.

Nesse contexto, a burguesia brasileira, querendo recompor suas taxas de lucro, cobrava um ajuste fiscal e social ao Partido dos Trabalhadores que,

devido às suas bases sociais, não estava em condições de realizar na velocidade e profundidade que o dito “mercado” estava exigindo. Foi nessa conjuntura que as classes dominantes organizaram o golpe na então presidente Dilma e a Operação Lava Jato, orquestrados em um conluio de uma ampla maioria do legislativo, do judiciário e de órgãos de segurança pública, além dos grandes meios de comunicação, todos esses com posições-chaves ocupadas por integrantes da frente empresarial e ultraliberal que se formou no Brasil. Uma grande orquestração sob a regência do fiador do golpe: o imperialismo estadunidense.

Vale fazer uma ressalva de que o governo Dilma já vinha fazendo concessões devido à pressão da oposição política desde as manifestações de junho de 2013, pela vitória apertada nas eleições de 2014 e pressionada pela farsa que foi a Operação Lava Jato e todo o aparato de fake news midiáticas montado para enfraquecer o governo. Assim, o projeto petista, em vez de apostar em uma forte mobilização da população para garantir a aplicação de uma política popular, acabou por ceder e fazer uma política rebaixada, entregando um ajuste fiscal totalmente antipopular com o banqueiro Joaquim Levy no Ministério da Fazenda. Assim, o povo trabalhador brasileiro desmobilizado se viu vítima da estratégia do PT em tentar conciliar interesses inconciliáveis, o que facilitou para a burguesia descartar o governo petista sem qualquer resistência e abrir caminho para a ascensão do viés ultraliberal e fascista que veio a governar o país nos anos seguintes, com Temer e Bolsonaro.

Assim, o projeto neoliberal praticou sua mais intensa ofensiva após o golpe de 2016, com o projeto “Ponte para o Futuro” do governo Temer, e adquiriu mais força política e eleitoral quando a burguesia brasileira sobrou apoiar a candidatura de Bolsonaro em 2018, devido

ao fracasso eleitoral de seu representante orgânico - o PSDB, representado na candidatura de Geraldo Alckmin (atual vice-presidente da República).

Como segundo movimento do golpe, entraram em cena Sérgio Moro e Deltan Dallagnol que, sob orientação estadunidense, retiraram Lula da disputa que liderava e o colocaram na cadeia de maneira totalmente ilegal, injusta e arbitrária para garantir a vitória de Bolsonaro. Abriam caminho para que fosse iniciado um genocídio aberto contra as classes dominadas. O conluio da ala de Curitiba se consolida com a promoção de Moro a “superministro” e com as promessas públicas de indicação ao STF.

Entender Bolsonaro e o bolsonarismo como se fosse um fenômeno à parte do sistema político do país, isto é, algo fora de um projeto político-econômico de classe e fruto meramente de um reacionarismo populista organizado, é uma das razões que dificultam o enfrentamento e a derrota em definitivo desse projeto inimigo da nossa classe. Também faz parte dessa incompreensão as causas políticas, econômicas e sociais que proporcionaram a emergência do bolsonarismo, causas estas que estão ligadas de forma íntima à crise brasileira.

Ao analisarmos o fenômeno saindo dessa visão despolitizante, conseguimos compreender o bolsonarismo como ele é: uma radicalização de um projeto neoliberal de destruição dos direitos sociais, desmonte e privatização dos aparelhos do Estado, tudo isso em aliança com os conglomerados de capitais internacionais e com o militarismo sedento por se reapoderar da máquina estatal.

A aliança entre Bolsonaro e Paulo Guedes – um liberal da escola de Chicago com passagem pela ditadura chilena de Pinochet – representou o apoio das classes dominantes brasileiras a um projeto fascista e reacionário pela continuação da agenda as contrarreformas

neoliberais no nosso país.

Isso evidencia a relação de continuidade entre os governos Temer e Bolsonaro, explicitada pela implementação de diversos ataques aos direitos da classe trabalhadora e aos aparatos estatais. Os expoentes dessa guinada ultraliberal foram as Reformas Trabalhista e da Previdência, o Teto de Gastos, a institucionalização da subserviência do Banco Central às elites financeiras, a privatização da Eletrobrás e o desmonte da Petrobrás. Ressalta-se que todos esses desmontes tiveram não só o suporte como o protagonismo dos partidos da direita tradicional – apelidados pela mídia burguesa de “Centro Democrático”.

Estes quatro anos de governo Bolsonaro foram o que ele sempre prometeu: anos de paraíso para as classes exploradoras. O povo brasileiro recebeu exatamente o contrário, anos horríveis e de tragédia para a grande maioria. Um massacre causado por doença, fome, e muito chumbo, da violência urbana, do genocídio preto, indígena e periférico, aumento dos feminicídios e dos crimes de ódio, além de uma completa devastação do meio ambiente. O governo Bolsonaro-Guedes foi o principal responsável pelas mais de 700 mil mortes por covid, fazendo propaganda escancarada de medicamentos ineficazes e sem comprovação científica, tudo isso enquanto atrasava a compra de vacinas para a população. Não usamos meias palavras: Bolsonaro e a burguesia brasileira operaram a morte da população enquanto enchiam seus bolsos com a nossa desgraça!

Nisso, entramos na disputada eleição de 2022. Não podemos deixar de saudar o que foi um grande alívio a vitória eleitoral em cima do neofascismo brasileiro, no entanto não podemos cair na ilusão de considerar que a derrota da extrema direita foi mais do que o que realmente foi: uma vitória eleitoral que não significa uma derrota definitiva das forças políticas que o fascismo à brasileira tem. O inimigo foi – parcialmente – derrotado nas urnas, mas continua com um amplo apoio de variados setores da burguesia, especialmente do agronegócio e do sistema financeiro, de boa parte das Forças Armadas e das polícias, de camadas médias e camadas populares

vítimas de propaganda antipetista dos monopólios de mídia, além de um forte apoio no Congresso Nacional e entre governadores de estados.

### **E O GOVERNO LULA, PARA ONDE VAI?**

Talvez seja cedo para cravarmos um diagnóstico definitivo de como se comportará o novo governo, mas as perspectivas não são tão entusiasmantes. Em que pese haver fatos positivos tanto na composição do governo (a exemplo de figuras como Silvio Almeida que trazem importantes e aprofundados debates e enfrentamentos) quanto em conquistas como a lei de igualdade salarial para as mulheres, revisão (ainda tímida) da política de preços de derivados do petróleo, retomada e ampliação de programas sociais e um reposicionamento da diplomacia brasileira, o saldo não parece ser positivo. Acerca da composição, há espaço muito mais significativo para atores políticos da direita de diferentes matizes (desde Alkmin como vice-presidente aos acordos com o “Centrão”). E sobre o que tem sido apresentado, diante de uma série de ataques como o desmonte dos novos ministérios estabelecidos e o avanço do marco temporal para terras indígenas, é uma postura de pouquíssimo ânimo para o enfrentamento e quase nula disposição para mobilizar sua base social. Vale lembrar que quem tem capitaneado o embate contra os ataques golpistas da extrema-direita não tem sido o governo ou o PT, mas sim o STF, a Globo, ou seja, a própria institucionalidade burguesa, num movimento que busca colocar novamente a besta fascista “no cercadinho”. Ainda pior do que a inércia, foi a proposta de Arcabouço Fiscal apresentada com o aval de Haddad e do governo. Uma mera PEC do teto de gastos de Temer recauchutada, maquiada e levemente atenuada. Uma baita contradição indefensável para todo um setor que acusava aquela legislação de “PEC da morte”. Seria este, portanto, o “Arcabouço da morte lenta”?

Os espaços concedidos para avançar devem ser obviamente cavados e aproveitados, pois são trincheiras importantes para o resgate de um mínimo de democracia e conquistas para a população brasileira, mas não há motivos para cairmos no engodo da “proibição de

cobranças e críticas”, pois isso seria um erro fatal de perda de independência dos movimentos, ou seja, uma subserviência da luta popular em favor de interesses muitas vezes alheios à nossa classe.

### **A COLOSSAL PETROBRÁS E SUA RESPONSABILIDADE GIGANTESCA**

Na nossa categoria, anos de gestão sob o comando do PT geraram um processo de apassivamento, com reposições salariais graduais mediante acordos de cúpula com o governo, sem um trabalho de organização e luta da categoria para avançar em conquistas mais profundas, gerando uma domesticação do sindicalismo (um dos motivos de os sindicatos deverem estar sempre à esquerda do governo de plantão, qualquer que seja). Esse mesmo período se caracterizou por gestões eivadas de contradições:

Por um lado e em alguns momentos, preservavam o caráter estatal da Petrobrás, com abertura de concursos, valorização relativa de salários e benefícios, marco regulatório do Pré-Sal – distante do ideal, mas muito melhor que o regime de concessões –, elevação considerável dos investimentos, permitindo a descoberta do Pré-Sal e expansão do parque de refino, fatos que tornaram o Brasil superavitário no saldo de produção e consumo de hidrocarbonetos.

Mas por outro lado cediam ao ímpeto privatista. Como pelo fato de ampliar demasiadamente a terceirização, privatizar boa parte dos nossos ativos, como a Gaspetro, efetuar leilões do Pré-Sal – a exemplo de Libra –, e iniciar o desmonte e entrega da BR Distribuidora. Este processo culminou em dilapidar a legislação do Pré-Sal, num vergonhoso acordo entre Dilma e Serra que permitiu retirar a Petrobrás como operadora única dessa província e aumentar sem limites o percentual de participação de petrolíferas estrangeiras ou privadas, sem contar a continuidade da prática de loteamento das diretorias da companhia para garantir alianças políticas mas que serviam a interesses escusos particulares e perigoso endividamento em moeda estrangeira, tornando a gestão cada vez mais refém de interesses de setores financeiras.

O período pós golpe, iniciado pelo



governo Temer e seguido por Bolsonaro, foi de acelerada privatização e ataques aos direitos conquistados pelos trabalhadores. Este período ultraliberal viu a Petrobrás desferir contra a população brasileira um dos maiores crimes de lesa pátria da história recente do Brasil, aplicando aos preços dos combustíveis a política de Preço de Paridade de Importação (PPI).

A importância da Petrobrás não pode ser subestimada, tampouco pode ser esquecido seu potencial indutor de desenvolvimento econômico e enormes externalidades positivas para a economia popular como um todo. É importante não esquecer como historicamente os oligopólios de mídia, a burguesia nacional subserviente e os capitais transnacionais trabalharam incansavelmente para que a empresa nem nascesse. E agora clamam ininterruptamente pelo esquiteamento e entrega da Petrobrás aos acionistas estrangeiros em nome de uma competitividade sistêmica que nunca chegou.

A intenção dos fundos de investimento que se apoderaram da Petrobrás, ao contrário, é extrair a maior quantidade de lucro no menor prazo possível. Para isso precisam elevar a renda petroleira, aumentando a receita bruta, que se faz elevando os preços conforme o preço de importação, e reduzindo os custos. E os custos variáveis mais fáceis de prescindir são aqueles relacionados ao trabalhador. Para isso serve também a reforma trabalhista, para esmagar ainda mais os custos e criar superlucros, todos extraídos do sangue e suor do trabalhador para alguns fundos de investimento e seus rentistas no Brasil.

Os últimos anos foram de guerra declarada entre a administração da Petrobrás (totalmente entregue ao mercado) e os trabalhadores, aposentados e pensionistas. A empresa terceirizou a gestão do plano de saúde, aumentou pesadamente o custo para o usuário e deixou sua cobertura seriamente comprometida. Os fundos de pensão ligados à empresa estão totalmente desestruturados, mal administrados e sob forte suspeita de má fé. Os salários com seu poder de compra fartamente depreciado pela inflação. Com reajustes abaixo da inflação, ou às vezes reajuste

algum. Assédio, perseguição etc. são as marcas registradas do que a empresa se tornou para o seu empregado. Entretanto, cabe a nós apontar que não há saída que não passe por intensa mobilização política e politizada dos trabalhadores. Com esses ataques acirrados, abriram-se perspectivas de reorganização sindical e eventual novo ciclo de lutas. Se temos competência, seriedade e entrega a esse empreendimento, não deveríamos sermos nós a administrá-lo?

Por isso tudo, é difícil para a UC aceitar o prognóstico de que basta que votemos corretamente nas eleições que os abutres dos capitais internacionais vão nos permitir nos apropriar dessa vultosa renda petroleira que desencadeou golpes de estado, guerras e derramou mais sangue do que qualquer commodity. Qual o poder que Lula efetivamente tem dentro dessa conjuntura? E quanto ele estaria inclinado a arcar em prol da nossa luta? Qual será o preço a pagar pela soberania interna e no trato da política externa? Os desafios que se apresentam aos petroleiros, para além daqueles mais diretamente conectados com os ganhos pessoais, são maiores do que quaisquer um já vistos. Desde as mudanças climáticas que prometem verdadeiras hecatombes nesse século, até mesmo a crise profunda em que se encontra o capitalismo. Os trabalhadores da Petrobrás, se querem ter os direitos, terão que arrastar toda a classe trabalhadora brasileira para um novo estágio de desenvolvimento e de distribuição de recursos. Somente desta forma e administrando diretamente a empresa e pontos-chaves da economia, poderemos superar essa complicada situação.

## **SOCIALISMO OU BARBÁRIE**

Esse século parece colocar em tensão máxima as contradições entre as potências capitalistas e as nações subjugadas. Nações outrora de joelhos, como a China, ameaçam o monopólio da supremacia representada pela OTAN. O prognóstico desse enfrentamento não nos parece muito bom. Desde um inverno nuclear até novas pandemias espreitam nosso futuro. Nesse cenário futuro tão sombrio, parece à Unidade Classista que somente o Poder Popular,

a revolução social encabeçada pelas classes expropriadas, podem munir o Brasil de forças para enfrentar os desafios externos e internos.

## **PLANO DE LUTAS / REORGANIZAÇÃO DA CLASSE**

As grandes mobilizações são fundamentais, mas não resolvem todo problema. Há que se cuidar dos momentos entre as mobilizações e no longo prazo.

Para isto, não basta se apresentar como direção, mas é necessário construir elos orgânicos com o movimento real da classe trabalhadora. Não existem atalhos na luta de classes, o movimento deve ser construído de baixo para cima, no dia a dia, nos bairros, nos movimentos populares e nos sindicatos, com panfletagens, atividades politizantes e elevação do grau de participação e organicidade da militância.

Para além de todas essas iniciativas, uma meta prioritária é a retomada de agitações, paralisações e greves em categorias, de forma ascendente, visando a construção de uma greve geral. Afinal, a greve é ainda a ferramenta mais potente de classe para fazer efeito prático na correlação de forças políticas, uma vez que gera prejuízos para a burguesia.

Para que tudo isso seja conquistado, deve haver iniciativas políticas nacionais unificadoras, capazes de reaglutinar lutadores e permitir não somente um profundo e amplo debate, mas a reconfiguração das ferramentas de representação da classe trabalhadora e dos movimentos reivindicatórios.

O Fórum Sindical, Popular e de Juventude de lutas por Direitos e Liberdade Democráticas se apresenta como a grande novidade recente do movimento social brasileiro, pois carrega em si essa capacidade de aglutinação, sem sectarismo, dos mais amplos setores e correntes classistas.

A fragmentação das centrais sindicais é algo flagrantemente contrário às lutas, um verdadeiro empecilho organizativo. Cada central hoje é mais identificada com partidos ou organizações específicas do que com a própria classe, que não se reconhece representada plenamente em nenhuma delas.

Esse cenário torna prioritária a

realização de um ENCLAT, um grande encontro da classe trabalhadora, capaz de juntar os militantes sindicais com o intuito de reconfigurar essas representações, buscando que dessa profunda discussão saia uma grande novidade organizadora e unificadora das lutas sindicais. Essa é uma condição fundamental para a construção efetiva da greve geral, uma vez que a mera existência de várias centrais dissipa e desalinha energias e gera o efeito de cada organização priorizar “puxar a brasa para a sua sardinha”.

É tarefa da FNP compor democraticamente os espaços de luta com pluralidade e capilaridade na categoria, promover a participação no Fórum Sindical, Popular e de Juventude e ser uma agente de construção do ENCLAT, para demonstrar seu compromisso histórico com a luta classista e para encorajar as demais categorias a ingressar nesse projeto de necessária reorganização das representações da classe.

Na nossa categoria, também deve haver mecanismos de busca de unificação para potencializar lutas. É tarefa do movimento sindical petroleiro buscar construir pauta única, mesa única e votação única, abrangendo as bases das duas federações, no processo de luta do ACT, por exemplo.

### **PROGRAMA DE LUTAS – Em Defesa da Petrobrás 100% estatal e a serviço da maioria da população brasileira (trabalhadores):**

- Reversão das privatizações efetuadas;
- Recuperação da estratégia de uma Petrobrás como empresa Integrada de Energia;
- Transição para o regime de monopólio estatal da exploração, produção, refino, petroquímica e distribuição;
- Retirada das ações da Petrobrás das bolsas de valores estrangeiras, visando o resgate da soberania energética do Brasil;
- Fim definitivo do PPI ou outras políticas de precificação artificialmente altas, que têm sacrificado a população com valores estratosféricos de combustíveis, gás de cozinha e outros derivados de petróleo;
- Investimento e ampliação da

capacidade de produção das refinarias. Contra a ociosidade das plantas, pela conclusão de obras inacabadas e pela retomada de novos projetos nessa área;

- Gestão da Petrobrás com transparência, democracia e constante fiscalização, tanto pela força de trabalho quanto por mecanismos de controle social a serviço do interesse da população brasileira, desde o planejamento de gestão e estratégia até a execução, a fim de evitar concentração da renda petroleira, corrupção, nepotismo, apadrinhamento, demissões injustificadas;

- Estabelecimento de mecanismos de escolha e avaliação das lideranças por parte da categoria e a instauração de critérios de remuneração justos e transparentes para os quadros técnicos e de liderança;

- Ampliação da responsabilidade social e trabalhista com relação a serviços e obras ao encargo de empresas contratadas, com fomento da cultura de segurança (através de cláusulas contratuais que garantam um nível de preocupação com SMS, de capacidade técnica e de robustez para execução de obras);

- A garantia da responsabilidade social e ambiental em obras ou zonas de atuação considerando e consultando as comunidades afetadas;

- Investimentos em energias alternativas (solar, eólica, de maré) e biocombustíveis, aumentando a diversificação, soberania e segurança energética e diminuindo os impactos ambientais, através de destinação de percentual do lucro da produção para este fim;

- O crescimento da produção deve ser orientado à capacidade de refino, de modo a permitir a exportação prioritariamente de derivados, uma vez suprido o consumo interno (para romper com a lógica de exportação de matéria-prima e importação de produtos industrializados);

- Petróleo (e derivados) e energia devem servir como elementos de integração da América Latina, com viés de desenvolvimento econômico e social, e não meramente mercadológico. Prioridade de exportação/importação, quando necessário, aos países desta região. Desdolarização das transações;

- O conteúdo local deve ser res-

gatado e aperfeiçoado, para valorização das indústrias nacionais. Deve ser alvo de ampla fiscalização e aplicado a todas as etapas (Ex.: matéria-prima, siderurgia, metalurgia etc.);

- Prioridade de investimento de grande porte do BNDES, CEF e BB em empresas estatais;

- Renda das riquezas naturais direcionada para os direitos sociais e ambientais, verba pública para instituições públicas. Somos favoráveis à iniciativa de royalties do Pré-sal dedicados à Educação e Saúde, porém estes recursos não podem ser drenados para os cofres de empresas privadas da área educacional, de saúde ou construtoras;

- Criação de empresas estatais de serviços e tecnologias petrolíferas (sondas, exploração, engenharia e construção, logística, estaleiros etc.), que devem ser fomentadas pela renda petrolífera. Prioridade total de contratação dessas;

- Operação de navios de apoio offshore e sondas pela Transpetro, cessando dessa forma, o pagamento de afretamentos a preços altos para o setor privado e internacional;

- Substituição do PPP (Prêmio por Performance) e reabertura das mesas de negociação pela PLR equânime e sobretudo a reposição e crescimento dos salários não só baseado na elevação da produtividade dos trabalhadores, mas também para correções financeiras, de modo a não criar defasagem salarial;

- Pela garantia de uma assistência médica de qualidade, gerida 100% pela Petrobrás e que assegure qualidade para os empregados da ativa e os aposentados, de forma gratuita e ilimitadas para seus dependentes. A AMS pertence aos interesses dos empregados e aposentados e não ao mercado de saúde exploratório. ■

# TESE COMISSÃO DE APOSENTADOS



## Assinam esta tese:

- |                           |                         |                                |
|---------------------------|-------------------------|--------------------------------|
| 1) Alexandre Tito         | 4) Luiz Carlos Martins  | 7) Conceição Aparecida Martins |
| 2) Luis Alberto Ferreira  | 5) Genobre Lima         | 8) Elson Alves de Brito        |
| 3) Carlos Alberto Holanda | 6) Augusto Cesar Mattos | 9) Vanildo Albuquerque         |

## OS APOSENTADOS E APOSENTADAS, A CONJUNTURA NACIONAL E A PETROBRÁS

Esta tese da Comissão dos(as) Aposentados(as) do Sindipetro Caxias é um complemento a tese da Diretoria, somando forças, dando um enfoque destacado aos pleitos dos aposentados(as) e pensionistas.

Depois de vários anos de ataques intensos à Democracia, o povo trabalhador brasileiro precisa resgatar as perdas dos direitos duramente conquistados ao longo da existência da República Brasileira. A política neoliberal foi um desastre na relação com os trabalhadores, para com todos os setores de organização popular e principalmente com as instituições sociais.

O projeto de privatização do setor petróleo, inclusive da PETROBRÁS e suas subsidiárias, desmantelou a finalidade da criação da PETROBRÁS e seus objetivos. Deixamos de ser uma empresa geradora de desenvolvimento nas diversas áreas, geradora de empregos, de promover o desenvolvimento industrial, buscar a autonomia do petróleo, realizar investimentos em infraestrutura e projetos sociais, mas principalmente, abandonamos o compromisso de abastecer o mercado nacional e a nossa população. Precisamos resgatar o slogan “O PETROLEO É NOSSO”.

Posteriormente, no governo Temer, após o golpe e com a mudança da política de preços dos combustíveis, nos distanciamos mais ainda do que acreditávamos ser o real objetivo da PETROBRÁS como empresa do povo brasileiro. A conjuntura internacional juntamente com essa política insana fez a PETROBRÁS

atingir lucros recordes, mas esse resultado privilegiou somente o mercado e os investidores, na sua maioria fundos internacionais. Essa política do lucro e privatização, em uma de suas estratégias mais cruéis, iniciou a perda dos direitos dos(as) trabalhadores(as) e diversas intervenções na PETROS, tudo no intuito de reduzir suas obrigações e passivos, tornando a venda da PETROBRÁS mais atraente para setor privado.

A pandemia mostrou a verdadeira face de nossos algozes ao eliminar milhares de pessoas, como no episódio da compra das vacinas aonde o governo federal interveio com atraso na aquisição da prevenção e na contenção dessa terrível doença, também não atuou no socorro haja visto o episódio da compra de oxigênio para a região norte, escancarando uma política negacionista e genocida. O país venceu o medo, está vencendo o ódio. As mentiras estão caindo uma por uma. Entre tantos absurdos, a que nos afeta e a pior delas, era que a “PETROBRÁS QUEBRADA”, estava se transformando num mantra para justificar a privatização da empresa a qualquer custo. As consequências dessa política desastrosa trazem reflexos direto no Acordo Coletivo de Trabalho dos(as) petroleiros(as) da ativa e nos direitos adquiridos e nos benefícios pagos aos(as) aposentados(as) e pensionistas.

No caso específico dos(as) aposentados(as) e pensionistas acusamos grave violação dos Direitos Humanos quando a PETROBRÁS resolve assediar o movimento sindical com a mudança nos Estatutos da PETROS, com claro objetivo de “enxugar” os direitos conquistados pelos(as) trabalhadores(as) no sentido

de agradar o mercado e acionistas numa futura privatização.

A Resolução nº 23, de 18 de janeiro de 2018, formulada pela CGPAR, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi um desastre para todos(as) os(as) assistidos(as) pela AMS. O resultado é hoje termos um serviço de baixíssima qualidade, ao adotar uma empresa privada para cuidar desse serviço, a contra gosto dos(as) assistidos(as), afetando desde o atendimento básico, rede credenciada e uma burocracia absurda para requerimentos e autorizações de procedimentos e de reembolsos, sem considerar o longo tempo de contribuições, o direito adquirido, o modelo de coparticipação e os valores pagos atualmente, a nível de mercado.

Mas não satisfeita com isso a PETROBRÁS adotou uma nova política do custeio do plano de saúde onde a margem consignável que era de 13% aumentou para 30% e adotou o VCMH (variação dos custos médicos e hospitalares). A PETROS, simultaneamente, separou as massas dos planos de previdência complementar: PPSP-R, PPS-P-NR, PP2, PP3 e implantou descontos extraordinários para superar os Déficits Técnicos apresentados pelos planos de previdência, os chamados PEDs (planos de equacionamento de déficits).

O impacto para trabalhadores(as) da ativa e aposentados(as) dos planos PPSP-R e PPSP-NR, referente aos anos de 2015, 2018 e 2021, este último somente para os(as) participantes do PPSP-R está na ordem de 15 a 17% mensalmente, isso sem contar a contribuição normal, pois mesmo aposentado(a) o(a) participante continua a contribuir sobre

a suplementação.

Essas mudanças afetaram os(as) aposentados(as) e pensionistas que não possuem outra fonte de renda, mas sobrevivem com apoio dos seus órgãos de classe, onde contribuimos mensalmente e temos espaços político garantidos pelo estatuto e referendado por toda a categoria, integrando as lutas em defesa dos nossos direitos, participando em assembleias, votando nas propostas do sindicato, integrando as diretorias dos Sindipetro e federações petroleiras, além das associações de aposentados(as) e pensionistas, tudo para a ecoar através desses órgãos nosso grito de socorro.

Os(as) aposentados(as) devem então erguer a cabeça e buscar suas associações, sindicatos e federações a fim de ajudar na reconstrução da Democracia no Brasil com muito orgulho. Nossas principais contribuições para o resgate das perdas dos(as) Aposentados(as) e Pensionistas do Sistema Petrobrás são as seguintes:

### **PROPOSTA DOS APOSENTADOS E APOSENTADAS: A PETROS QUE QUEREMOS**

1) Exigir que a Petrobrás pague para a Petros o valor equivalente dos anos que tirou os(as) petroleiros(as) da ativa por Planos de Incentivo a Demissão Voluntária.

2) Exigir que a Petrobrás pague para a Petros, assim como é exigido para pagar 9% da folha de pagamento dos empregados para o INSS com direito a aposentadoria especial de 25 anos.

3) Analisar a constitucionalidade e legalidade de cada uma das resoluções emitidas pelo CNPC, PREVIC, SEST, CMN, CGPAR etc.

4) Formulação da Política Nacional de Fundos de Pensão Complementares Fechados.

5) Reformular a lei que criou a PREVIC e o CNPC de forma que estes sejam mais eficazes na prevenção de novos déficits na Petros.

6) Exigir que os percentuais de descontos da Petros nos benefícios sejam no máximo 13% e que não haja cobrança de Imposto de Renda nas contribuições adicionais para cobrir déficits.

7) Determinar que o artigo tercei-

ro da Lei Complementar 109/2001 seja cumprido e que em caso de Déficits estes sejam arcados pelo Estado Brasileiro.

### **PROPOSTA DE PAUTA PARA O ACORDO COLETIVO DE TRABALHO DOS PETROLEIROS ELABORADA PELA COMISSÃO DE APOSENTADOS DO SINDIPETRO CAXIAS PARA O XV CONDUC**

#### **Cláusula 30 - Beneficiários do Programa Assistência Multidisciplinar de Saúde – AMS**

I – Fica garantida ao aposentado(a) a inscrição de novos beneficiários, mesmo após a data de seu desligamento da Companhia;

II – Não haverá cobrança da AMS através de boleto bancário, exceto nos casos em que o(a) beneficiário(a) não é vinculado(a) à Petros;

III – Nos casos específicos de cobrança via boleto bancário, somente haverá perda da condição de beneficiário da AMS para os(as) titulares e, consequentemente, para o seu grupo de dependentes, quando ocorrer inadimplência de pagamento à AMS por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, desde que o beneficiário(a) titular e a entidade sindical sejam notificados com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

IV – A Companhia se compromete a anistiar e permitir o retorno ao programa AMS dos beneficiários(as), e seus respectivos dependentes, excluídos em razão de inadimplência.

#### **Cláusula 31 – Custeio da AMS**

I – O custeio de todas as despesas com o Programa de AMS será feito através da participação financeira da Companhia e dos(as) Beneficiários(as) Titulares, na proporção de 70% (setenta por cento) dos gastos cobertos pela Companhia e os 30% (trinta por cento) restantes pelos(as) Beneficiários(as) Titulares;

II – Não haverá cobrança de contribuição adicional no mês de novembro;

III – Os valores relativos ao Grande Risco serão reajustados pelo índice IPCA, calculado pelo IBGE, considerando o percentual acumulado no período de 12 (doze) meses anteriores à assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho.

#### **Cláusula 32 – Da autorização de procedimentos da AMS**

I – As negativas de autorização serão comunicadas ao(a) beneficiário(a) e/ou familiar por profissional qualificado preferencialmente da área de saúde (médicos, enfermeiros, assistentes sociais, entre outros), no prazo máximo de 15 dias úteis.

#### **Cláusula 33 – Da rede credenciada**

I – Em caso de descredenciamento de profissionais, clínicas e hospitais da AMS, a Companhia se compromete a avisar e justificar a razão aos participantes do Programa AMS em um prazo de 30 dias anteriores ao descredenciamento.

#### **Cláusula 34 – Margem Consignável**

I – Os valores referentes à participação no custo dos atendimentos dos empregados(as), aposentados(as), pensionistas e seus respectivos dependentes serão descontados em folha de pagamento e limitados pela margem de desconto de 13% (treze por cento);

II – Excluem-se da margem de desconto da AMS apenas os relativos a despesas da participação integral do Pequeno Risco de beneficiários(as) do Plano 28.

#### **Cláusula Nova – Programa de Assistência à Saúde do Aposentado (PASA)**

I – O programa PASA será custeado integralmente pela Companhia.

#### **Cláusula Nova – Associação Petrobrás de Saúde (APS)**

I – A Companhia extinguirá a Associação Petrobrás de Saúde;

II – Todos os procedimentos administrativos e financeiros do Programa AMS serão realizados e dirigidos pela Gerência de Recursos Humanos da Companhia.

#### **Cláusula Nova – Atendimento**

I – A Companhia disponibilizará atendimento presencial sobre questões relativas ao Programa AMS em suas bases terrestres para os(as) beneficiários(as) titulares e dependentes.

#### **Cláusula Nova – Regulamento**

I – A Companhia fará ampla divulgação do regulamento do Programa AMS entre seus beneficiários(as) titulares e dependentes.

#### **Cláusula Nova – Da Anistia**

I – A Companhia constituirá Comissão Paritária de Anistia a fim de tratar dos assuntos decorrentes do cumprimento das leis 10.559/2002, 8.878/1994 e a 10.790, que será formada por representantes indicados pelo RH da empresa e pelas Federações dos trabalhadores, que se reúna mensalmente ou ainda extraordinariamente na sede da empresa, no Rio de Janeiro.

Parágrafo 1º: Todo o acervo de documentos referentes à última comissão de anistia será transferido para a presente comissão.

Parágrafo 2º: A comissão de anistia receberá os requerimentos dos(as) trabalhadores(as) anistiados(as) e prestará todas as informações disponíveis a fim de efetivar as anistias ou corrigir reequadramentos funcionais decorrentes de concessão de anistia.

#### **Cláusula Nova – Remissão**

A companhia se compromete a anular as punições dadas aos empregados(as) por participar de greve e outras punições dadas a diretores(as) sindicais e membros de CIPA no exercício da representatividade.

**AVANTE PETROLEIROS E PETROLEIRAS! VIVA OS APOSENTADOS, APOSENTADAS E PENSIONISTAS DO SISTEMA PETROBRÁS! VIVA A PETROBRÁS! DEFENDER A PETROBRÁS É DEFENDER O BRASIL!**

**A TESE É ASSINADA PELOS COMPONENTES DA COMISSÃO DE APOSENTADOS E PENSIONISTA. ■**

# TESE DO MOVIMENTO SINDICAL PROLETÁRIO

## Assinam esta tese:

- |   |  |  |
|---|--|--|
| 1) Alexandre Barreto REDUC/OPE/PLI                | 7) Marcos Mendonça do Lago (aposentado reduc)            | 12) Sergio Luiz Alonso - (aposentado) Terminal da Alemoa, Santos       |
| 2) Andre Luiz Gonçalves (aposentado REDUC)        | 8) Miguel Angelo Machado Gregório Pinto REDUC/OPE/PLI    | 13) Thiago Martins REDUC/TEU/ML  |
| 3) André Pinheiro Aguiar de Arruda - REDUC/TEU/ML | 9) Mizaél de Souza Rocha – REDUC/OPE/PL I                | 14) Tiago Nicolini Lima (Sindipetro/LP) - Rebelião Ecossocialista/PSOL |
| 4) Cleber Fabiano da Silva Magalhães REDUC/TEU/ML | 10) Raulino Cordeiro Oliveira - REDUC/SRGE -SI - IV /SMS | 15) Wellington Araujo dos Santos REDUC/OPE/PLI                         |
| 5) Luis Bassin REDUC/TEU/ML                       | 11) Roberto Marques REDUC/TEU/ML                         | 16) Wellington Gomes de Lima REDUC/TEU/ML                              |



## CONJUNTURA

A eleição do último ano permitiu que muitos trabalhadores, influenciados pela quase totalidade das direções partidárias e sindicais de esquerda, acreditassem que seus dias de sofrimento estariam terminados. É fato que um governo Lula é qualitativamente diferente de seu antecessor. Bolsonaro e aqueles que o seguem estão comprometidos com um tipo de Estado não somente hostil aos trabalhadores e seus aliados, mas absolutamente descomprometido com qualquer um daqueles ideais humanistas esboçados no iluminismo. Bolsonaro nunca teve nenhum constrangimento em defender torturas, assassinatos, genocídios. Seu governo não deixou dúvidas quanto a isso durante a pandemia de COVID-19. O bolsonarismo visa ao aprofundamento da exploração dos trabalhadores, porém sem quaisquer parâmetros de civilidade obtidos a muito custo pelos lutadores que nos antecederam.

Todo governo de estados capitalistas tem o papel de garantir a exploração dos trabalhadores. Seja essa exploração mais explícita ou mais discreta, mais cruel ou mais amena. Os homens não fazem a História como querem, mas sim como as condições concretas a determinam, afirmou Marx. E nos períodos de crise econômica do Capital — leia-se, menores lucros da burguesia — as condições que exigem uma maior exploração se fazem necessárias para garantir o restabelecimento das taxas de lucro das empresas. Ou

seja, não há espaço para meneios com os trabalhadores. É preciso aprofundar a exploração, arrancar mais ganhos sobre os trabalhadores. É isso que os donos do Capital exigem.

E para isso que Bolsonaro foi eleito em 2018. Para aprofundar a exploração contra a classe trabalhadora e entregar mais lucros à burguesia. No entanto, ele se mostrou disfuncional aos propósitos da grande burguesia. Ele foi incapaz de lidar com os conflitos inter-burgueses. Seu histórico no sub-mundo da criminalidade institucional o fez preferir os interesses das classes dominantes que detêm o poder de fato do estado. Entre o agronegócio exportador ele preferiu os grileiros de terra. Entre os militares hipócritas e legalistas que varrem para debaixo do tapete os crimes cometidos agora e na ditadura, Bolsonaro se afeiçoava mais aos milicianos da ativa ou ex-membros das Forças Armadas. Entre os deputados pagos a peso de ouro pelas multinacionais, ele preferiu aqueles mais desqualificados e que se elegem pela força das armas, pelo voto de cabresto ou pelos mercadores da fé.

A burguesia não toleraria mais um governo disfuncional ao seu interesse mais caro: a garantia da ampliação das taxas de lucro frente a uma crise econômica internacional. Nesse cenário ressurgiu Lula. Reabilitado a concorrer novamente ao mais alto cargo do Poder Executivo, Lula aparece como a boia de salvação para uma crise institucional nunca antes vista no país. Crise esta muito

estimulada pelo governo de Bolsonaro, mas não somente por ele, como veremos abaixo.

A habilidade de Lula em gerir um estado capitalista mais uma vez se tornou necessária. E como um bônus a burguesia ganha de presente o ainda maior adoçamento da classe trabalhadora brasileira. Dirigentes sindicais e partidários correm de norte a sul convencendo os trabalhadores de que é necessário “resgatar a felicidade do povo pobre trabalhador”. Mas as intenções de Lula têm limites estabelecidos pela política e pela economia. O Brasil de 2023 não é o mesmo de há 20 anos atrás. O país hoje já tem concorrentes de peso no agronegócio (inclusive os EUA). As taxas de crescimento chinesas, que permitiram o crescimento de economias pelo mundo, não são mais as mesmas. A crise econômica se alastra pelo mundo potencializada pelos efeitos do pós-pandemia.

Não serão apenas “boas intenções” suficientes para garantir que a classe trabalhadora se recupere de todas as suas perdas dos últimos anos. Só por hipótese, se considerarmos que toda a equipe ministerial de Lula estivesse comprometida com a classe trabalhadora — consideração que seria um pleno absurdo, uma vez que os acordos que o PT precisou fazer para sua reeleição o impedem disso, todos lembramos quem é o atual vice-presidente —, teríamos que nos recordar de que o atual Congresso Nacional é o mais conservador

desde a redemocratização do país. E esse fato é a constatação de que o Brasil tem o que poderíamos chamar de fascismo estrutural. Outras evidências disso é o fato de mais de 40% da população defender a pena de morte e dois terços dos brasileiros defendem a redução da maioridade penal. Rigorosamente todas as delegacias policiais do país praticam diariamente torturas com consentimento – e muitas vezes estímulo – de uma crescente parcela da imprensa. A produção televisiva, literária, artística e musical do país, salvo raríssimas exceções, reproduz e reforça todas as formas de individualismo, sordidez, alienação, consumismo. O crescimento da teologia da prosperidade soma-se a essa realidade brutal. Esta delirante busca incessante por uma vida de riqueza só aumenta a miséria, transferindo os poucos recursos das camadas mais humildes dos trabalhadores para religiosos estelionatários, acabando por aproximar esses trabalhadores das ideologias fascistas.

A realidade da formação social brasileira é produto da história de dependência, violência e escravidão do país. E ela não pode ser mudada por mera vontade de quem quer que seja. A sua superação somente será resultado de uma luta genuinamente dos de baixo contra os de cima.

### **E OS SINDICATOS?**

E qual o papel das direções sindicais frente ao atual cenário? A resposta é a mesma de que os representantes dos trabalhadores nunca deveriam se esquecer: autonomia de classe e defesa dos interesses dos trabalhadores. Uma direção de qualquer sindicato não deve cogitar qualquer tipo de conciliação com seus patrões. E, no caso da nossa categoria, nosso patrão é o governo federal. Logo, é preciso que os trabalhadores saibam que o que pautará suas lutas serão os seus interesses próprios. Todos os trabalhadores devem ter claro em suas mentes que os governos, sejam qual forem, só

estão no poder se for para a defesa dos interesses da burguesia. Seus compromissos assumidos os impedem de ir além. O único caminho capaz de mudar essa realidade é através da força demonstrada pelos trabalhadores através de greves e mobilizações de massa. E cabe às direções sindicais organizar essas lutas, fazendo-as avançar. A greve não pode ser vista como um instrumento imprestável a ser usada em momentos futuros que nunca chegam. É exatamente nisto que os patrões querem que acreditemos.

“Um bom acordo é melhor que nenhum acordo”, é o que burgueses dizem. Mas um acordo entre partes desiguais sempre beneficia as partes mais fortes. O trabalhador já está perdendo quando vende sua força de trabalho. E no nosso caso, em uma refinaria de petróleo, na usina e nos terminais, também estamos vendendo nossa saúde e nossa vida. É preciso que tenhamos claro que todas as conquistas dos trabalhadores, todas elas, foram obtidas por uma luta incessante de interesses antagônicos. O que beneficia os patrões nos prejudica, e vice-versa.

Não podemos nos deixar cair na ilusão de acreditar em um governo que será mais afável aos trabalhadores. Não seria a primeira vez na história dos trabalhadores no mundo, e muito menos na história do Brasil, que acreditamos sermos capazes de obter ganhos abdicando de nossas lutas tradicionais. Mesmo se Lula quisesse, e isso não está em questão, ampliar os ganhos da nossa categoria, ainda teria que se enfrentar com os acionistas da Petrobras, o Congresso Nacional, sempre apto a aprovar leis e regulamentos para prejudicar os trabalhadores (vide as recentes mudanças no CADE, Banco Central, venda de subsidiárias etc.). Logo, a autonomia do nosso sindicato frente a qualquer governo é o único caminho viável para alcançarmos nossos objetivos.

### **ACT**

Um ACT com ganhos para a

nossa categoria será conquistado invariavelmente através da nossa luta. Temos que exigir que todas as perdas que tivemos nos acordos nos últimos anos sejam recuperadas. Temos que ter a garantia de que a Petrobras não seja vendida – seja integralmente ou aos pedaços. Não podemos tolerar os ataques ao nosso plano de saúde, como tem acontecido. É preciso que defendamos o custeio integral dos procedimentos de pequeno e grande risco pela empresa. A Petrobras tem que assumir as perdas em função das decisões dos conselheiros da Petrobras na Petros. Os trabalhadores aposentados não podem ser penalizados com os excruciantes descontos do PED. Temos que defender um aumento real e o fim do banco de horas. Troca e feriado de turno a 100%. Extinção dos saldos AF de todos os trabalhadores. Recomposição de efetivo de turno e do horário administrativo. Primeirização de mão de obra. Contra o OeM e pela determinação do número mínimo discutido com os trabalhadores e sindicato. Pelo combate ao assédio moral corporativo, que penaliza e persegue os trabalhadores, fugindo da lei, uma vez que não há um gerente ou superior a ser responsabilizado. Pela unificação dos planos de carreira – PCAC e PCR – sem prejuízo aos trabalhadores. Fim do PPP e PLR máxima e linear. Por um GD discutido com os trabalhadores e sindicato para a extinção das avaliações obscuras.

Para avançarmos nessas conquistas, é preciso que os trabalhadores estejam conscientes de que seus objetivos são fruto da sua disposição para a luta. Cabe a uma direção sindical que possa se orgulhar desse papel encaminhar os trabalhadores nesse propósito. Estando à frente e ao lado das nossas lutas.

- **Por um sindicato independente e classista.**
- **Sem ilusões e pelos nossos interesses.**
- **Por um ACT que recupere nossas conquistas. ■**

